



33442206



08004.000173/2025-66



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (33442312)

Data	30/09/2025	
Local	MJSP - 3º ANDAR sala 304	
ITEM	NOME	ÓRGÃO
1	David de Lima Freitas	SPO
2	Eduardo Barros	SENACON
3	Fabiana Vieira de Queiroz	SENAJUS
4	Andreia Primo Olivo	SENAPPEN
5	José Roberto Ângelo Barros Penha	PRF
6	Priscilla Oliveira	SENASP
7	Denise de Carvalho Pires Fulton	SENAD
8	Bruna Cardoso dos Santos	CADE
9	Mariane Cortat	ANDP
10	Ediane da Assis Bastos	SEDIGI
11	Glauber Antonio Rodrigues Alves	CGOF/SPO/SE
12	Bruna Ignácio Moreira	CGGE/SPO/SE
13	Guilherme Guedes	AECI
14	Isabelle Porfírio Rosa	PF

Pauta da reunião (33442362)	<ol style="list-style-type: none">1. Governança em Ação;2. Monitoramento das Políticas Públicas;3. Informações Gerais; e4. Encaminhamentos.
--	--

1. A reunião da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica (CT-CGE) foi iniciada pelo Subsecretário de Planejamento e Orçamento e Coordenador da Comissão, Sr. David Freitas, que cumprimentou os presentes e iniciou a apresentação do tópico “Governança em Ação: Práticas que fazem a diferença”.
2. O Subsecretário destacou a parceria entre a Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) e a Polícia Federal (PF) para consolidação e atualização dos Órgãos Colegiados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Ao detalhar a parceria, o Sr. David Freitas listou as principais atividades executadas, destacando as desvantagens do atual processo, considerado burocrático e lento. Nesse sentido, o Subsecretário enfatizou o uso do sistema APEX para automação do cadastro, salientando seus benefícios em relação ao ganho de tempo, simplificação do processo, confiabilidade das informações e unificação do canal de comunicação entre unidades.
3. Em seguida, os Srs. Sandro Abel e José Dias iniciaram a apresentação da Política de Educação da Pessoa Privada de Liberdade coordenada pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Os representantes apresentaram as vinculações entre os instrumentos estratégicos, destacando os indicadores medidos pela SENAPPEN atualmente, sendo eles: Percentual de pessoas privadas de liberdade matriculadas em educação formal e Participações em práticas sociais educativas realizadas. No âmbito do indicador “Percentual de pessoas privadas de liberdade matriculadas em educação formal”, o Sr. Abel informou que a meta de 2024, prevista em 22%, foi superada, atingindo 22,61% ao final do ano. Similarmente, o indicador “Participações em práticas sociais educativas realizadas”, que tinha meta prevista em 1.200.000 participações, foi superado em 1.300.000, atingindo 2.566.027 participações no segundo semestre de 2024. Ainda, os representantes destacaram que os dados de 2025 serão atualizados oportunamente.
4. Posteriormente, foram detalhados os riscos relacionados às políticas públicas, com destaque para a negligência histórica da educação formal para pessoas privadas de liberdade, a limitação da quantidade de alunos por sala de aula, a limitação das salas de aula, as mudanças nas gestões estaduais das administrações penitenciárias e o não reconhecimento de atividades não escolares para pessoas privadas de liberdade.
5. Por fim, os Srs. Abel e Dias concluíram a apresentação destacando as entregas que aguardam implementação, sendo elas: a aquisição e doação de novas obras literárias, a implantação de Centros Tecnológicos e Educacionais nos estabelecimentos penais, a realização de orientações padronizadas sobre a educação no sistema prisional, a capacitação de docentes que atuam na educação em ambientes penais e a capacitação de policiais penais para atuação nas ações que envolvem a educação penal. Foi informado que 58,33% das entregas previstas na carteira de políticas públicas foram alcançadas.
6. Em seguida, a Sra. Bruna dos Santos, Diretora de Administração e Planejamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), apresentou os resultados de 2025 do Conselho. A Diretora iniciou a apresentação destacando as funções do CADE, que podem ser: preventiva, que se refere à análise e decisões sobre fusões, incorporações e outros atos de concentração econômica; repressiva, que se refere a investigação e julgamento de condutas nocivas à livre concorrência; e educativa, que se refere à instrução do público geral em relação ao direito da concorrência e outros temas pertinentes ao Conselho. Quanto ao Planejamento Estratégico, a Diretora apresentou o novo Mapa Estratégico do CADE, que conta com 10 objetivos estratégicos e 26 projetos.
7. Logo após, a Sra. Bruna tratou da Transformação Digital do CADE, momento em que detalhou o Circuito Deliberativo Virtual (CDV), o E-notifica, o Peticionamento eletrônico intercorrente e o Sistema de Busca de Jurisprudência, sistemas eletrônicos voltados para o desenvolvimento tecnológico e a simplificação dos processos do Conselho. Ainda, foram apresentadas as iniciativas *Push* por CNAE, Painel CADE em números, Intimação eletrônica e CADE Digital.
8. Na área internacional, a Diretora informou que o órgão tem sediado diversos eventos internacionais, com destaque para o “*Unilateral Conduct Workshop*”, realizado em parceria com a *International Competition Network (ICN)*, evento que reuniu membros de agências reguladoras de diversos países para discutir uma série de questões envolvendo condutas unilaterais, direito da concorrência e execução, mercados emergentes, e outros tópicos relevantes. Ainda, foi informado que o CADE alcançou, pela primeira vez, 4,5 estrelas no *Rating Enforcement 2025*, ranking elaborado

pela revista britânica *Global Competition Review (GCR)*, uma das principais publicações internacionais de direito e política de concorrência.

9. A Sra. Bruna informou ainda que uma das prioridades do CADE tem sido o mercado de combustíveis, e destacou que o Conselho tem trabalhado para reforçar a livre concorrência e reprimir práticas anticoncorrenciais no ano de 2025, e que a prática deve ser preservada para o ano de 2026. A Diretora também informou que o Conselho realizou, em fevereiro de 2025, audiência pública voltada aos ecossistemas digitais, de forma a obter informações e subsídios da sociedade civil, da academia, de empresas e de órgãos estatais em relação aos impactos do controle da distribuição de aplicativos e sistemas de pagamento em dispositivos móveis. No qual estiveram presentes representantes da Apple, Google, organizações da sociedade civil e especialistas.
10. Por fim, foi detalhada a arrecadação do CADE, que, em 2024, alcançou mais de R\$ 1,7 milhão em multas e valores inscritos em dívida ativa, destinados ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD). A Diretora também convidou os presentes a participarem dos eventos que serão promovidos pelo Conselho no final do ano, voltados à regulamentação das *bets* e à celebração do Dia da Defesa da Concorrência. Em seguida, o Subsecretário, Sr. David Freitas, destacou que o ciclo do planejamento estratégico do CADE não coincide com o Plano Plurianual, e a Sra. Bruna dos Santos informou que existem esforços no órgão para que os planejamentos sejam alinhados.
11. Ao retomar a palavra, o Subsecretário informou que a próxima reunião da Comissão Técnica está marcada para o dia 28 de outubro, às 15 horas, com apresentações da Política de Aperfeiçoamento da Atividade de Inteligência de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e da Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).
12. No tópico dos informes, o Subsecretário informou que, no âmbito da revisão dos indicadores do Plano Plurianual (PPA), o painel já está atualizado e que as coletas do mês de junho já estão concluídas, e destacou que em casos de pendências, a Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional (CGGE) entrará em contato com a unidade para ajustes.
13. Posteriormente, o Sr. David Freitas tratou do Relatório de Fiscalização em Políticas Públicas e Programas de Governo (RePP) realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) informando as três políticas do Ministério que foram selecionadas para serem monitoradas, a saber: Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social da Senasp, e Política de Enfrentamento ao Superencarceramento e Política de Fortalecimento do Sistema Penal da Senappen. O Subsecretário solicitou que as unidades tomem cuidado com as informações publicadas em transparência ativa nos sites institucionais, pois informações desatualizadas podem gerar desentendimentos. Nesse âmbito, foi solicitado que as unidades revisem os sites, de forma a evitar exposições por parte do Ministério.
14. Em seguida, o Subsecretário abordou o tema Mensagem Presidencial. Foi destacado que o MJSP está responsável pela apresentação das informações que irão compor as temáticas: Política sobre Álcool e outras Drogas, Segurança Pública com Cidadania e Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos Humanos. Como colaborador, o Ministério enviou contribuições para os temas de Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade; Mulher viver sem Violência; Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem-viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática; Balanço de Yanomami; Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios; Ampliar as Capacidades de Prevenção, Resposta a Desastres e de Adaptação às Mudanças Climáticas; Segurança Física e Cibernética das Infraestruturas Críticas; G20, BRICS e COP 30; Atuação Integrada do Estado nas Fronteiras; e Juventude Negra Viva.
15. Foi informado, ainda, que o processo de Monitoramento do PPA do 1º semestre de 2025 foi finalizado, que as informações do ciclo já foram validadas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, e que em breve serão divulgadas via processo SEI.
16. No que tange ao Balanço das Restrições Contábeis do 1º quadrimestre de 2025, o Subsecretário destacou a importância da execução orçamentária por parte do Ministério, uma vez que até o momento da reunião, 88% do orçamento já havia sido empenhado.
17. Por fim, o Sr. David informou que para o ciclo de Transferências Especiais de 2020-2024 o Ministério foi dispensado da análise dos Planos de Trabalho, devendo analisar apenas as prestações de contas. Em relação às emendas de 2025, informou-se que se mantém a obrigação de análise prévia do plano de trabalho e dos relatórios de gestão.

ENCAMINHAMENTOS:

Próxima reunião:

- 28/10/2025, às 15h, sala 304, Edifício Sede.
- Apresentações de monitoramento:
 - SENASP: Política de Aperfeiçoamento da Atividade de Inteligência de Segurança Pública;
 - SENACON: Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos.

Ao final, o Coordenador da CT-CGE agradeceu a participação dos membros da Comissão e reforçou os compromissos assumidos durante a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **David de Lima Freitas, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 23/10/2025, às 12:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DENISE DE CARVALHO PIRES FULTON, Coordenador(a) Administrativa da Diretoria de Gestão de Ativos e Justiça**, em 23/10/2025, às 13:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ediane de Assis Bastos, Coordenador(a) para Proteção de Crianças e Adolescentes em Ambiente Digital**, em 24/10/2025, às 19:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Glauberto Antonio Rodrigues Alves, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 04/11/2025, às 11:13, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto Angelo Barros Soares, Usuário Externo**, em 26/11/2025, às 11:24, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA OLIVEIRA, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 27/11/2025, às 14:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **33442206** e o código CRC **7BD1256B**.
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.